

O que foi e o que (ainda) será de junho?

Gabriel Farias Alves Correia

Resenha de MORAES, A.; GUTIÉRREZ, B.; PARRA, H.; ALBUQUERQUE, H.; TIBLE, J.; SCHAVELZON, S. (Org.). Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. 259 p. ISBN: 9788599138595.

As discussões de “Junho: potência das ruas e das redes” são direcionadas para as manifestações políticas ocorridas no Brasil no mês de Junho de 2013, iniciadas a partir do aumento dos preços das passagens de ônibus na cidade de São Paulo. Influenciados por revoltas semelhantes em todo o Mundo, os movimentos sociais expuseram as formas enraizadas de opressão e limitação relacionadas à ocupação do espaço público. A coletânea de textos apresenta, a partir da vivência de autores de diferentes cidades brasileiras, as ocupações das ruas e as reivindicações multilaterais do país.



A partir do quarto ato organizado pelo Movimento Passe Livre – com diversos relatos nas mídias sociais de repressão policial – os protestos em São Paulo alcançaram proporção nacional. A insatisfação da sociedade com diversos fatores fizeram com que as ruas fossem ocupadas, inflamando ainda mais as reivindicações em consequência da manipulação e “vista grossa” dos meios de comunicação. Inicialmente, as consequências reais e instantâneas trouxeram uma diversidade de projetos incorporados às discussões nacionais, acelerando as reflexões sobre a necessidade da descentralização política. Uma das conquistas imediatas foram as discussões políticas nas esferas federal, estaduais e municipais, bem como a importância da continuidade das lutas na vida social para manutenção da história. O impacto simbólico e subjetivo da luta social pode ser considerado como capaz de iniciar novos tempos de questionamentos e reflexões acerca dos padrões políticos e sociais vigentes, trazendo para o centro das discussões as atividades políticas e os avanços de um país que deve amadurecer para diminuição das desigualdades perpetuadas. E, para isso, a visão de que junho ainda está em movimento fortalece as lutas atuais, de tal maneira que as forças das ruas frente às diversas injustiças se mantêm vivas e são consideradas em cada nova reflexão sobre o *status quo*.

Os relatos sobre os movimentos de lutas presentes no cotidiano das cidades são apresentados – diferentes dos estereótipos de passividade fortalecidos pelas



grandes influências midiáticas – de forma a destacar as reivindicações de ocupação dos espaços públicos. A evidência das cidades no cotidiano de lutas é exemplificada a partir dos acontecimentos das próprias cidades, em que medidas governamentais, contrárias às demandas sociais, influenciaram a criação de movimentos para lutas específicas.

Ter uma série de ideias, conseguir organizá-las, para logo após implementá-las, seria um dos desafios destacados pelas manifestações, bem como a adoção de práticas inspiradas em outras partes do Mundo. As revoltas apareceram como críticas diretas aos modelos desenvolvidos por grandes empresas nas cidades, de forma que pudessem desconstruir todo o consenso capitalista que rege a mobilidade urbana. Assim, com pautas bem definidas e lideradas pelo Movimento Passe Livre, os protestos foram conduzidos com a finalidade de barrar o aumento das passagens de ônibus. A partir de então, outras pautas, como o passe livre no transporte público, por exemplo, puderam ser exploradas.

Em certos momentos, cidades como Curitiba e Recife foram caracterizadas apenas como reativas em relação aos acontecimentos ocorridos em outras capitais brasileiras. Estas são apresentadas para fortalecer os outros movimentos do país, como uma maneira de explicitar o descontentamento com as prioridades de investimentos públicos frente aos direitos básicos cada vez mais sucateados.

Mas seria preciso a divulgação ampla da mídia para que se percebesse o quanto a desigualdade e o descaso governamental dominam o nosso país? Por que acontecimentos locais com pouca divulgação midiática, mas não menos importantes, não tomam o mesmo caminho das revoltas de junho? Somente o que é coberto pela grande mídia deve receber atenção? Não deveria ser estimulada a cobrança dos órgãos públicos, em âmbito regional, não necessitando da grande imprensa? As reivindicações pelos direitos devem ser estimuladas por acontecimentos nas principais cidades brasileiras? Talvez os eventos de junho demonstrem a grande influência que os grandes órgãos de comunicação ainda possuem sobre a sociedade brasileira.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o tema do transporte já havia sido ventilado na cidade de Porto Alegre desde 2005, mas com uma ênfase menor. As mobilizações em torno de temas de injustiça social foram comuns na cidade no início do próprio ano de 2013, discutindo-se uma série de pautas através de assembleias horizontais. O resultado caminhou em direção à utilização dos meios legais (como projetos de leis, fiscalização das atividades dos políticos, das empresas vinculadas ao governo etc.). Tal situação pode ter sido um ensaio para as revoltas que viriam a ocorrer em junho do mesmo ano.

Também antes da explosão dos protestos de junho, movimentos sociais de Brasília acompanharam seções na câmara dos deputados da cidade, de modo a pressionar os políticos e autoridades a atenderem as demandas sociais. Com isso, os episódios de repressão policial e das forças de segurança, discriminação da própria sociedade e dos políticos envolvidos com o congresso nacional, perseguições de órgãos oficiais do governo a militantes e a manipulação dos grandes meios de comunicação para com os movimentos sociais foram antecipadas. Acontecimentos que, posteriormente, viriam a fazer parte da rotina das manifestações.

As visões dos autores dos diversos capítulos do livro se dão a partir do cotidiano das grandes cidades brasileiras, reconhecendo nos problemas de transporte e movimentação em massa de pessoas, um encontro de diversas pautas. As principais se concentram no passe livre no transporte público, a qualidade do serviço prestado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os lucros das empresas de transporte e a reivindicação de preços acessíveis. As razões dessas exigências estão na omissão do Estado em planejar as cidades e ouvir os cidadãos, e a partir disso, abrem espaço para a ação dos grandes empresários por uma neogovernança corporativa, em que o capital dita as políticas públicas, cabendo aos governos apenas conduzir as políticas privadas. Tal postura atinge, principalmente, os moradores de regiões pobres,

marginalizados pelos poderes públicos e constantemente excluídos das políticas governamentais.

A luta contra privatização dos espaços públicos é tema frequente nas pautas dos movimentos sociais. Já que estes são cada vez mais ocupados pelas grandes empresas que, em parcerias com os governos, os administram com a lógica privada, os movimentos reivindicam utilizá-los em uma ótica de direito a cidade.

Com todos os motivos e razões para as revoltas já estabelecidas na cidade de São Paulo, o restante do Brasil se mobilizou também para reivindicar as políticas públicas tanto nas principais cidades brasileiras quanto nas cidades consideradas menores. Nisso as redes sociais tiveram papel fundamental, pelo rápido compartilhamento de informações, para concretizar a organização dos protestos: mobilizando, concretizando e indo às ruas. A ideia da organização protestos via *facebook* ganhou força e fez com que pessoas alheias aos movimentos sociais criassem eventos de ida às ruas. A princípio, esses eventos sofreram boicotes dos principais movimentos sociais em algumas cidades. No entanto, à medida que a população se apoderou das reivindicações, evidenciando as contradições existentes no país, os diversos movimentos se encontraram nas ruas para cobrar e reivindicar os direitos sociais.

Mesmo a organização de diversos eventos tendo ocorrido através das redes sociais, a grande mídia transmitiu os acontecimentos para todo o país. Contudo, a maneira com que foram tratados os protestos na cidade de São Paulo – criminalizando e marginalizando os movimentos sociais – foi percebida pela sociedade. A partir daí, contando com a facilidade das redes sociais, criaram-se eventos nas demais cidades brasileiras.

A ida pra as ruas e os diversos encontros de pautas e reivindicações foi visível a partir da própria imagem dos frequentadores. Os objetos utilizados pelos manifestantes, as cores de suas roupas, como coerentes com as pautas de reivindicação, as frases e os temas que eram aclamados nas ruas reafirmaram a diversidade do movimento. Havia uma divisão entre aqueles que se autodenominavam de esquerda, onde estavam os partidos políticos, e aqueles que se denominavam sem partidos e adotavam as cores da bandeira nacional. Isso demonstrou a insatisfação unilateral que atingia o país, em todos os setores sociais, sejam eles denominados de esquerda ou de direita.

No entanto, temas comuns no cotidiano dos marginalizados brasileiros também se destacaram nos protestos: a repressão policial, discriminação, agressões físicas e verbais, manipulação midiática, perseguições, censura e machismo. Mas qual a razão desses assuntos, tão importantes de serem debatidos, virem à tona somente

com os protestos em massa, mesmo presentes diariamente nas favelas e regiões pobres do país? Somente os acontecimentos com os cidadãos da classe média – presentes em maioria nos protestos – devem ser questionados e cobrados das entidades públicas?

Situações de injustiças no cotidiano das manifestações favoreceram a criação de grupos para auxiliar os manifestantes. Entre eles, podem ser citados os bombeiros civis e médicos, que prestaram primeiros socorros para pessoas feridas, e também os advogados ativistas, defendendo juridicamente os que foram detidos pelas forças policiais. A atuação do grupo de advogados foi considerada complicada, pelo fato de necessitar sensibilizar a força estatal que, “não resolve o problema conversando, mas atirando” (BIRAL, 2014, p. 225). Os participantes desses grupos encontraram colegas de profissão dispostos a enfrentar os abusos das forças de governo em prol da coletividade. Assim, utilizando conhecimentos técnicos, acadêmicos, jurídicos e profissionais, diversos setores da sociedade se mobilizaram para garantir que o livre direito de manifestação acontecesse.

Aos poucos, mesmo com apoio de boa parte da sociedade, as marchas começaram a se tornar menores. O sentimento de desfoco e de insegurança com os rumos dos acontecimentos eram grandes. Muitas das cidades, como Curitiba, tiveram suas

manifestações e pautas divididas ao meio. Ao reivindicar certo assunto, caminhava-se para um ponto específico da cidade; quando as reivindicações eram divergentes, caminhava-se pra outro. Tais situações reforçaram o desfoque que já era percebido desde o início.

Sobre o esvaziamento, a manutenção dos mesmos modos de reivindicação, especificamente nos protestos de junho, Martins e Cordeiro (2014, p. 215) dizem que:

Os enfrentamentos com a polícia, resumidos a um desgaste inócuo, se esvaziam tanto quanto o modelo dos “grandes atos” – organizados por articulações que não se cansam de buscar a bandeira sob a qual voltará a se forjar “a unidade da esquerda”. Parece que se alastrou uma fixação pelo passado que impede de projetar no horizonte algo além de mera repetição do que já foi: “junho não acabou”, as “jornadas de agosto (sic)”, “tô na rua outra vez” [...]. A rua como fim em si mesma é um beco sem saída. Uma arena onde a dimensão simbólica foi hipertrofiada, na qual assistimos ao show estéril do protesto pelo protesto, não muito distante da violência pela violência: o que importa é “disputar o imaginário.

Além da violência desproporcional, outros motivos também foram apontados para a desmobilização, para o esvaziamento e para a retirada das pautas políticas do foco nacional. Podem ser estes relacionados às disputas em torno de

quais seriam as principais pautas reivindicatórias, o interesse de partidos políticos de se apoderar da situação, a diversidade dentro das próprias manifestações e, por fim, as contradições existentes, serviram como base de um possível fim da tomada em massa das ruas. Mas a diversidade de insatisfações não deveria ser considerada como mostra das demandas da sociedade? Os clamados das ruas mostram a insatisfação da sociedade com o modo que a política nacional é desenvolvida e como ela reflete em todos os setores sociais. Estariam os governantes e os grandes empresários nacionais interessados em resolver e cessar as demandas populares?

A ida para as ruas de pessoas que não estavam acostumadas às lutas colocou, como plano principal, as ideias de questionamento e reivindicações dos padrões vigentes, comuns nas vivências dos militantes. Mas isso não seria invalidar a luta presente no cotidiano dos movimentos sociais brasileiros?

Considera-se, nos últimos instantes dos protestos, o esgotamento completo da “revolta” não como o fim, mas algo que vai além da mera ação de descontentamento daqueles que são dominados. É necessário então construir algo além disso, em uma forma de encontrar continuidade nas organizações sociais e políticas, já que, ao fim dos protestos, milhões voltam para as suas rotinas de exploração, sofrimento, humilhações e desigualdades. É preciso, então, concretizar

a possibilidade de mudança vislumbrada em manifestações e revoltas, de uma forma que supere “a centralidade da tática de revolta e [formule] uma perspectiva estratégica mais ampla, a perspectiva de uma recusa mais potente, enraizada no cotidiano. É preciso construir o que se tornou imaginável” (MARTINS; CORDEIRO, 2014, p. 217).

Após as manifestações nas ruas, assimilando o contexto do momento e considerando as diversas reivindicações, os movimentos sociais se organizaram para desenvolver discussões, assembleias e estudos. O objetivo foi direcionar os esforços para discutir meios para tornar concretizar em mudanças as demandas sociais. A formação de grupos temáticos para discussão, estudo e direcionamento das insatisfações ocorreu em diversas cidades. O comprometimento com os avanços sociais desvinculados de órgãos públicos alimentou a possibilidade de aprendizagem social, de maneira a refletir sobre questões cotidianas e estabelecer pontos de questionamento dos modelos pré-estabelecidos. Com isso, as cidades como territórios livres e universais passam a se reafirmar como centros de disputa entre setores antes excluídos.

A concretização da utilização do espaço público ocorreu em várias cidades: em São Luís, manifestantes ocuparam a câmara dos vereadores e exigiram que as demandas sociais fossem atendidas; em Fortaleza, o parque Cocó foi ocupado na

tentativa de barrar a construção de um viaduto sobre o parque, com o consequente desmatamento de 40 árvores centenárias; em Recife, uma obra ameaçava um patrimônio cultural da cidade e a ocupação foi o meio encontrado para demonstrar a insatisfação com a situação. Ocupando locais públicos, a participação popular nas políticas das cidades foi feita de forma a demonstrar a insatisfação, para que, diferente da lógica empresarial, as pessoas pudessem ser consideradas no cotidiano social.

Em outro momento, considera-se a possibilidade de conquista do ambiente público por meio de intervenções artísticas em comunidades carentes, discussões entre os moradores, exposições e intercâmbio com outras comunidades. Isso demonstra que o “público” também pode ser o que está localizado nas periferias e favelas, não somente onde o capital está concentrado. A interação dentro das periferias e favelas foi uma marca, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro. O cotidiano de exclusão social das comunidades mais pobres foi evidenciado com a contrapartida de ocupação das favelas pelos movimentos sociais e valorização da produção e cotidiano das comunidades marginalizadas.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, existiram conquistas importantes para a sociedade brasileira que vêm se transformando desde junho de 2013: a exigência de melhorias estruturais e a livre manifestação ou o simples ato de

questionar são possibilidades crescentes. Os acontecimentos de junho podem ter sido apenas um ensaio para um novo período de conflitos na história do Brasil, justificados pelas fortes tensões sociais, vinculados à violência, à repressão policial e ao não atendimento de necessidades básicas de grande parte dos brasileiros (transporte, saúde, educação, cultura, moradia, etc.). Tudo isso, aliado aos problemas econômicos e políticos, podem ser determinantes para a explosão e retomada das ruas. Por isso, o século XXI se torna diferenciado para as lutas sociais, pois cada vez mais as populações passam a reivindicar a ocupação dos espaços públicos, e isso poderá transformar os rumos das sociedades nas próximas décadas. Junho ficou marcado na história como um importante registro da multiplicidade das demandas sociais, de maneira que nenhuma luta contra o sistema opressor deixe de fazer parte da tomada das ruas desde aquele mês.

Em alguns momentos, criticou-se o movimento como difuso e disperso por não atender a demandas específicas. Mas será que somente através de organizações que os descontentamentos podem ser solucionados? Necessariamente, organizações centralizadas, com pautas bem definidas, atingem seus interesses? Não seria sucatear as demandas sociais exigindo que elas tenham "organização"? O cotidiano, a reivindicação e reflexão pelo simples ato de buscar a melhoria, sem grande formalização, não tem valor na sociedade?

REFERÊNCIAS



BIRAL, D. Uma visão parcial como advogado ativista. In: MORAES, A.; GUTIÉRREZ, B.; PARRA, H.; ALBUQUERQUE, H.; TIBLE, J.; SCHAVELZON, S. (Org.). Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. p. 219-231.

MARTINS, C.; CORDEIRO, L. Revolta popular: o limite da tática. In: MORAES, A.; GUTIÉRREZ, B.; PARRA, H.; ALBUQUERQUE, H.; TIBLE, J.; SCHAVELZON, S. (Org.). Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. P. 201-217.

O que foi e o que (ainda) será de junho?

Resumo

Nesta resenha objetiva-se compreender os acontecimentos das manifestações ocorridas no mês de junho de 2013 em diversas cidades do Brasil. Influenciadas por revoltas ocorridas em todo o Mundo a partir da utilização das redes sociais, a população brasileira vivenciou o despertar, decorrer e encerramento de uma série de reivindicações. O livro "Junho: potência das ruas e das redes" busca relatar os acontecimentos a partir de atores que participaram efetivamente dos movimentos. Com isso, diferente dos estereótipos de passividade fortalecidos pelos veículos de comunicação, os capítulos são desenvolvidos reconhecendo a importância da ocupação dos espaços públicos pelos agentes excluídos pelos poderes públicos. Relatos do cotidiano das manifestações e dos acontecimentos dos grupos sociais envolvidos são divididos em 12 capítulos, cada um sob o ponto de vista de um ator das 11 cidades escolhidas. Por fim, todas as cidades apresentam algo em comum: relatos de repressão, abuso de autoridade, exclusão, criminalização, manipulação, perseguição e também a esperança de que o descaso e sucateamento das demandas sociais sejam, um dia, apenas histórias longínquas.

Palavras-chave

Manifestações; Redes Sociais; Espaço público; Manipulação; Repressão.

What was and what (still) will be June?

Abstract

This book review aims to understand the events of manifestations that took place in June 2013 in several Brazilian cities. Influenced by riots occurred worldwide from the use of social networks, Brazilian population experienced the awakening course and closure of a number of claims. The book "June: Power of streets and networks" search to report on the events from actors who participated effectively from movements. Thus, unlike the passive stereotypes strengthened by the media, the chapters are developed recognizing the importance of the occupation of public spaces by the excluded agents by governments. Daily reports of manifestations and events the involved social groups were divided into 12 chapters, each one from the point of view of an actor from chosen 11 cities. Finally, all cities have something in common: repression reports, abuse of power, exclusion, criminalization, manipulation, persecution and also the hope that the neglect and scrapping of social demands one day will be just distant stories.

Keywords

Manifestations; Social networks; Public places; Handling; Repression.

¿Lo que fue y lo que (aún) será junio?

Resumen

Esta revisión tiene como objetivo comprender los acontecimientos de las manifestaciones que tuvieron lugar en junio de 2013 en varias ciudades de Brasil. Influenciado por los disturbios se produjeron en todo el mundo del uso de las redes sociales, la población brasileña experimentó el curso despertar y cierre de una serie de alegaciones. El libro "Junio: poder de las calles y las redes" informe de búsqueda sobre los acontecimientos de los actores que participaron efectivamente movimientos. Por lo tanto, a diferencia de los estereotipos pasivos reforzadas por los medios de comunicación, los capítulos se desarrollan reconociendo la importancia de la ocupación de los espacios públicos por parte de los agentes excluidos por los gobiernos. Los informes diarios de las manifestaciones y actos de los grupos sociales están divididas en 12 capítulos, cada uno desde el punto de vista de un actor de las 11 ciudades elegidas. Todas las ciudades tienen algo en común: los informes de represión, abuso de poder, la exclusión, la criminalización, la manipulación, la persecución y también la esperanza de que el abandono y desguace de las demandas sociales serán algún día solo historias distantes.

Palabras clave

Manifestaciones; Redes Sociales; Lugar público; Manejo; Represión.

Autoria

Gabriel Farias Alves Correia

Bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: gabrielcorreia.2209@yahoo.com.br.

Endereço para correspondência

Gabriel Farias Alves Correia. Rua Bonfim, 1600A, Bom Jesus Matozinhos, MG, Brasil.
CEP: 35720-000. Telefone: (+55 31) 991655281.

Como citar esta contribuição

CORREIA, G. F. A. O que foi e o que (ainda) será de junho? Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 708-725, ago. 2015.

Contribuição Submetida em 30 jul. 2015. Aprovada em 4 ago. 2015. Publicada online em 4 ago. 2015. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

